




Correspondência aos Autores

Vicente dos Santos Guilherme Júnior
 E-mail: vicentej@alunos.utfpr.edu.br
 Universidade Tecnológica Federal do Paraná
 CV Lattes
<http://lattes.cnpq.br/0593792659663051>

Marcos Tanure Sanabio
 E-mail: marcos.tanure.sanabio@gmail.com
 Universidade Federal de Juiz de Fora
 CV Lattes
<http://lattes.cnpq.br/6988359903223308>

Submetido: 11 out. 2023
 Aceito: 07 dez. 2023
 Publicado: 31 dez. 2023

 [10.20396/riesup.v11i00.8674783](https://doi.org/10.20396/riesup.v11i00.8674783)
 e-location: 025030
 ISSN 2446-9424

Checagem Antiplágio



Distribuído sobre



Ensino superior e desenvolvimento econômico: uma análise do impacto econômico direto de duas universidades federais em Minas Gerais, Brasil

Vicente dos Santos Guilherme Júnior  <https://orcid.org/0000-0001-6463-1424>

Marcos Tanure Sanabio  <https://orcid.org/0000-0003-4217-8344>

RESUMO

A contribuição das universidades para a promoção do desenvolvimento econômico local e regional constitui um tema relevante em contextos como o brasileiro, em que políticas governamentais com tal finalidade são recorrentes. A presente investigação tem por objetivo analisar o impacto econômico de curto prazo, decorrente da implantação dos campi das universidades federais de Juiz de Fora (UFJF) e dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) nos municípios mineiros de Governador Valadares e Janaúba. De natureza quali-quantitativa, finalidade aplicada, nível exploratório e método dedutivo, o estudo se delinea como pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e estudo multicaso subsidiado por método estatístico. Empregou-se um modelo de Regressão Linear com Variável Dicotômica, para identificar como a instalação de um campus universitário influenciou o comportamento das variáveis econômicas Valor Adicionado Fiscal (VAF) defesa, educação e saúde públicas e seguridade social e, conseqüentemente, o VAF Serviços, para os municípios selecionados. Constatou-se que no município de Janaúba o impacto direto de curto prazo foi mais significativo que no município de Governador Valadares. Portanto, os casos analisados corroboram a tendência apontada por Vinhais (2013) e Rolim (2018) de que as universidades menores localizadas em cidades pequenas apresentam maior impacto econômico direto no curto prazo.

PALAVRAS-CHAVE

Ensino superior. Impacto das universidades federais. Desenvolvimento local e regional.

Higher education and economic development: an analysis of the direct economic impact of two federal universities in Minas Gerais, Brazil

ABSTRACT

The contribution of universities to the promotion of local and regional economic development is a relevant topic in contexts such as Brazil, where government policies for this purpose are recurrent. The present investigation aims to analyze the short-term economic impact, resulting from the implementation of the campuses of the federal universities of Juiz de Fora (UFJF) and Jequitinhonha and Mucuri Valley (UFVJM) in the Minas Gerais municipalities of Governador Valadares and Janaúba. Of a quali-quantitative nature, applied purpose, exploratory level and deductive method, the study is outlined as a bibliographical research, documental research and multicase study supported by a statistical method. A Linear Regression model with Dichotomous Variable was used to identify how the installation of a university campus influenced the behavior of the economic variables Tax Added Value (TAV) defense, education and public health and social security and, consequently, the TAV Services, for the selected municipalities. It was found that in the municipality of Janaúba the short-term direct impact was more significant than in the municipality of Governador Valadares. Therefore, the cases analyzed corroborate the trend pointed out by Vinhais (2013) and Rolim (2018) that smaller universities located in small towns have a greater direct economic impact in the short term.

KEYWORDS

University education. Impact of Federal universities. Local and Regional development.

Educación superior y desarrollo económico: un análisis del impacto económico directo de dos universidades federales en Minas Gerais, Brasil

RESUMEN

La contribución de las universidades a la promoción del desarrollo económico local y regional es un tema relevante en contextos como el brasileño, donde las políticas gubernamentales con este propósito son recurrentes. La presente investigación tiene como objetivo analizar el impacto económico de corto plazo resultante de la implementación de los campus de las universidades federales de Juiz de Fora (UFJF) y Vales do Jequitinhonha y Mucuri (UFVJM) en los municipios mineros de Governador Valadares y Janaúba. De carácter cuali-cuantitativo, finalidad aplicada, nivel exploratorio y método deductivo, el estudio se perfila como investigación bibliográfica, investigación documental y estudio de casos múltiples sustentados en un método estadístico. Se utilizó un modelo de Regresión Lineal con Variable Dicotómica para identificar cómo la instalación de un campus universitario influyó en el comportamiento de las variables económicas Valor Agregado Fiscal (VAF), defensa, educación pública y salud y seguridad social y, en consecuencia, los Servicios del VAF, para los municipios seleccionados. Se encontró que en el municipio de Janaúba el impacto directo de corto plazo fue más significativo que en el municipio de Governador Valadares. Por tanto, los casos analizados corroboran la tendencia señalada por Vinhais (2013) y Rolim (2018) de que las universidades más pequeñas ubicadas en ciudades pequeñas tienen un mayor impacto económico directo en el corto plazo.

PALABRAS CLAVE

Educación universitaria. Impacto de las universidades federales. Desarrollo local y regional.

CRediT

- **Reconhecimentos:** Não aplicável.
- **Financiamento:** Não aplicável.
- **Conflitos de interesse:** Os autores certificam que não têm interesse comercial ou associativo que represente um conflito de interesses em relação ao manuscrito.
- **Aprovação ética:** Não aplicável.
- **Disponibilidade de dados e material:** Não aplicável.
- **Contribuições dos autores:** Conceituação, Curadoria de Dados, Análise Formal, Investigação, Metodologia, Recursos, Software, Supervisão, Validação, Visualização, Redação – rascunho original: Guilherme Júnior, V. S.; Redação – revisão & edição: Sanabio, M. T.

Editores de Seção: Rodrigo Pivetta Werlang, Maria de Lourdes Pinto de Almeida.

1 Introdução

A relação entre a presença e atuação das instituições universitárias com a promoção do desenvolvimento econômico local e regional constitui um objeto de extrema relevância acadêmica (Serra; Rolim; Bastos, 2018), principalmente em contextos – como o brasileiro – em que a questão do desenvolvimento regional se tornou protagonista, culminando na proliferação de políticas governamentais voltadas à promoção do desenvolvimento nas escalas local e regional (Bellingieri, 2017).

No cenário brasileiro, considerando o papel estratégico da educação superior como elemento capaz de produzir alterações estruturais na sociedade e na economia, a partir da década de 2000 o Governo Federal deu início a uma série de investimentos na rede federal de ensino superior. Destacadamente entre os anos 2003 e 2014, foram criadas novas universidades federais e novos *campi* de universidades já existentes, visando reduzir o cenário de concentração histórica destas instituições em capitais estaduais e regiões social e economicamente favorecidas (Brasil, 2012; Subrinho, 2013).

Tal política de expansão, baseou-se em critérios como vocação da região, políticas públicas em desenvolvimento, arranjos produtivos locais, promoção do desenvolvimento com redução das assimetrias regionais, localização geográfica, população das micro e mesorregião atendidas, Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), bem como, áreas de formação prioritárias frente às demandas locais/regionais (Brasil, 2012; Subrinho, 2013).

As universidades contribuem para a promoção do desenvolvimento econômico local e regional de três maneiras principais: por meio da formação de capital humano, por meio das atividades ligadas à pesquisa e inovação e, numa perspectiva de curto prazo, por meio da dinamização da economia relacionada aos gastos para implantação e funcionamento destas instituições (Caldarelli; Camara; Perdigão, 2015; Casaril, 2019).

Conforme problematizado por Caldarelli; Camara; Perdigão (2015), no Brasil a produção acadêmica sobre a contribuição das universidades para a promoção do desenvolvimento econômico é centrada na relação universidade-empresa e no papel daquelas instituições nos processos de inovação. Ao mesmo tempo, a relação entre as universidades e o desenvolvimento econômico é menos frequente na produção acadêmica, principalmente englobando as escalas locais/regionais.

Diante disso, a presente investigação tem por objetivo analisar em que medida a implantação de uma universidade teve impacto econômico direto de curto prazo, sobre o “Valor Adicionado Fiscal de Serviços” (VAF Serviços), nos municípios mineiros de Governador Valadares e Janaúba, que receberam *campi* das universidades federais de Juiz de Fora (UFJF) e dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), respectivamente.

A escolha de tais municípios justifica-se por constituírem localidades de portes e mesorregiões diferentes, que receberam *campi* de universidades federais no mesmo período e contexto, no âmbito das políticas de ampliação da rede federal de ensino superior empreendidas na década de 2000. Além disso, destaca-se a disponibilidade de dados econômicos para ambos os municípios no período anterior e posterior à implantação dos respectivos *campi*.

Ressalta-se, de antemão, que o impacto de uma universidade sobre dada região pode materializar-se de diferentes formas, envolvendo múltiplas dimensões (sociais, culturais, educacionais, etc.). No entanto, a análise dos aspectos econômicos constitui uma das formas mais objetivas e diretas de estimar as consequências práticas associadas à implantação de uma instituição desta natureza (Hoff; Pereira; De Paula, 2017).

O trabalho se organiza em cinco seções além dessa introdução: em **Desenvolvimento econômico local e regional**, é apresentada uma breve discussão conceitual sobre desenvolvimento e crescimento econômico, além de caracterizar o processo de incorporação das questões locais e regionais às teorias de desenvolvimento. A seção **Universidades e desenvolvimento local/regional** aborda do ponto de vista teórico, a contribuição de tais instituições para a promoção do desenvolvimento econômico.

Na sequência, em **Metodologia**, é apresentada a classificação metodológica da investigação, uma breve caracterização dos recortes espaciais selecionados para análise, bem como os procedimentos empregados. De caráter analítico, a seção **O impacto econômico direto das universidades mineiras selecionadas**, apresenta e analisa os dados coletados para ambos os municípios. Por fim, as **Considerações Finais** consistem na concatenação dos achados da investigação, bem como na indicação de possíveis trabalhos complementares futuros.

2 Desenvolvimento econômico local e regional

Em termos conceituais, o “desenvolvimento econômico” não deve ser considerado “pronto” e “acabado”, embora Corrêa *et. al.* (2019) destaquem que apesar de diferentes interpretações decorrentes de alinhamentos teóricos diversos, alguns pontos são consenso como, por exemplo, a noção de dinamização da economia.

Não raramente, “desenvolvimento econômico” e “crescimento econômico” são assumidos por diferentes campos do conhecimento como sinônimos. Porém, é fundamental compreender que enquanto o crescimento econômico está relacionado a uma perspectiva quantitativa, o desenvolvimento econômico consiste num processo mais complexo que agrega, por exemplo, transformações estruturais em termos de aplicação prática de conhecimento técnico-científico, bem como, avanços no tocante à coordenação entre diferentes atores e segmentos sociais (Vieira; Santos, 2012; Vila, 2018).

“O desenvolvimento econômico passa por uma mudança na distribuição do poder político; conseqüentemente, associa produção de recursos com sua distribuição em função da força política dos atores sociais” (Vieira; Santos, 2012, p. 343).

Segundo propõe Bresser-Pereira (2008, p.1) o desenvolvimento econômico pode ser definido como “a acumulação de capital e incorporação de progresso técnico que se traduzam em aumento de produtividade e da renda, culminando em melhoria da qualidade de vida da população”.

Em consonância, Silva; Lima (2014, p. 135) apontam que:

O crescimento econômico mesmo sendo necessário, não é suficiente para gerar o desenvolvimento. Não basta crescer economicamente, aumentando o Produto Interno Bruto (PIB) e a renda per capita da população, mas criar condições socioeconômicas melhores para a população como um todo.

Bellingieri (2017) problematiza que o conceito de desenvolvimento econômico com viés ideológico surgiu em meados do século XX, sendo determinado pela industrialização, sinônimo de crescimento econômico e mensurado pelas atividades econômicas. Porém ainda na década de 1960 os estudos sobre desenvolvimento passam a incorporar indicadores sociais, numa abordagem que também considera o bem-estar da população.

Nos anos que se seguiram, novos aportes foram moldando conceitualmente o termo “desenvolvimento econômico”. Na década de 1970 emerge a preocupação com a sustentabilidade ambiental, decorrente das inquietações com a sobrevivência do planeta. Na década de 1990 o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) propõe o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), admitindo que a renda da população, seu acesso a saúde e educação seriam suficientes para mensurar o nível de desenvolvimento econômico de uma dada localidade (Bellingieri, 2017).

No entanto, Vieira; Santos (2012) defendem que no atual contexto da globalização, onde as relações econômicas são cada vez mais intensas e complexas, mensurar o desenvolvimento torna-se uma tarefa difícil, dado o envolvimento de variáveis não econômicas como, cultura, realizações, dentre outras.

Em consonância, Veenhoven (2000) defende que indicadores quantitativos-objetivos não são suficientes para mensurar a qualidade de vida da população e, portanto, são ineficientes para mensurar o desenvolvimento econômico, numa perspectiva que ultrapasse o aspecto econômico. Na mesma esteira, Silva; Lima (2015, p.136) problematizam que “com frequência o crescimento econômico aumenta o número de ricos e pobres, mantendo e até alargando as desigualdades, não produzindo desenvolvimento humano e social”.

Em síntese, Vieira; Santos (2012, p. 348) ponderam que o significado de desenvolvimento econômico tende a variar conforme o contexto histórico de cada sociedade/localidade, embora “conserva em seu cerne a conquista de padrões de vida mais elevados acessíveis à maioria da população”.

2.1 A questão local/regional do desenvolvimento econômico

O surgimento do termo desenvolvimento regional está associado à incorporação das questões regionais ao conceito de desenvolvimento econômico, em meio a esforços para explicar a concentração territorial dos mercados, da produção e dos recursos financeiros. Conforme Thisse (2011), as disparidades regionais foram objeto de economistas por muito tempo, embora suas análises constituíssem mera extensão dos métodos em nível nacional.

Conforme aponta Bellingieri (2017), em meados do século XX emergem preocupações específicas com os problemas regionais, as quais culminaram em dois eixos teóricos principais: as Teorias Clássicas da Localização e as Teorias do Desenvolvimento Regional.

As **Teorias Clássicas da Localização** centram-se nas decisões locacionais na perspectiva das empresas, considerando os custos de transportes como fator determinante para estabelecer a localização ótima dos empreendimentos. Nesta abordagem, as externalidades associadas à aglomeração de atividades numa dada região não são, via de regra, consideradas (Monasterio; Cavalcante, 2011).

As **Teorias do Desenvolvimento Regional**, por sua vez, são perpassadas pela ideia da existência de uma atividade ou fator que irradiam dinamismo sobre outros setores econômicos, gerando crescimento. Trata-se, portanto, de uma perspectiva associada a algum tipo de mecanismo dinâmico de autorreforço, resultante de externalidades associadas a alguma indústria ou empreendimento (Monasterio; Cavalcante, 2011; Bellingieri, 2017).

Para Amaral Filho (2001), no âmbito das Teorias do Desenvolvimento Regional, três proposições ganharam destaque a partir da década de 1960: a Teoria dos Polos de Crescimento (Perroux, 1955); a Causação Circular Cumulativa (Myrdal, 1957) e os Encadeamentos para frente e para trás (Hirschman, 1958). Tais teorias são sumariamente apresentadas no quadro 1.

Quadro 1. Síntese das três principais Teorias do Desenvolvimento Regional

Teoria	Características principais
Polos de Crescimento (Perroux, 1955)	As “empresas motrizes”, em função de sua complexidade geram demanda por serviços de outras empresas, as “movidas” (que têm suas vendas aumentadas). Admite que o crescimento econômico se manifesta em “pontos” do território. As empresas motrizes polarizam a região de quatro formas: técnica (efeitos de encadeamento gerados pela empresa motriz); econômica (geração de emprego e renda associados à motriz); psicológica (investimentos decorrentes do clima de otimismo); geográfica (impactos nos sistemas urbanos e desenvolvimento da cidade onde se instala a empresa motriz). A empresa motriz induz o crescimento a partir de relações estabelecidas com o entorno.

Causação Circular Cumulativa (Myrdal, 1957)	Parte da ideia de que o desenvolvimento regional pode ser atribuído a mecanismos que, uma vez iniciados, são mutuamente reforçados. Um surto de crescimento numa região dinâmica “despertaria” seus recursos produtivos, e passaria a atrair recursos de outras regiões pobres. Os negócios da região dinâmica ampliariam o mercado para novos investimentos, gerando mais lucros e mais poupança, atraindo mais profissionais capacitados de outros locais. As regiões menos dinâmicas, além de reterem os profissionais menos qualificados, tenderiam a sobretaxar a produção visando compensar as perdas, tornando-se ainda menos competitivas. Os efeitos de retroação são as consequências negativas do processo, enquanto os efeitos de difusão são as consequências positivas. Somente a atuação do setor público voltadas à redução das desigualdades entre as regiões seria capaz de reverter a tendência de divergência.
Encadeamentos para frente e para trás (Hirschman, 1958)	Considera a desigualdade um requisito do processo de desenvolvimento, que seria alcançado por meio de uma sequência de desequilíbrios, que seriam a forma das economias regionais periféricas potencializarem seus recursos escassos. Os efeitos para trás (<i>backward linkages</i>) seriam decorrentes do efeito a montante, de aumento da demanda por insumos (gerando desequilíbrio). Os efeitos para frente (<i>forward linkages</i>) consistiriam na oferta de insumos, que tornaria viável o posicionamento dos setores à jusante. Admite que o desenvolvimento econômico pode ser transmitido de uma região para outra, por meio de um planejamento que busque a complementaridade entre áreas.

Fonte: Elaborado pelos Autores (2023), a partir de Perroux (1955); Myrdal (1957); Hirschman (1958)

Dada a influência keynesiana, as teorias sintetizadas no quadro 1 admitem a intervenção estatal como um elemento importante para o desenvolvimento econômico. Neste sentido, Silva; Lima (2015, p. 136) apontam que:

As ações do Estado influenciam as transformações das estruturas econômicas. Sua ação é fundamental para influenciar nas decisões dos empresários. O Estado tem um papel importante no desenvolvimento econômico, pois é capaz de intervir com políticas públicas capazes de estimular o desenvolvimento econômico, através do melhoramento da infraestrutura, fomento das atividades produtivas e em investimentos sociais.

No entanto, Amaral Filho (2001) adverte que na contemporaneidade urge a necessidade de uma nova perspectiva de atuação do Estado, que mescle os ideais e princípios tanto neoliberais, quanto aqueles ligados à centralidade estatal:

Quanto ao primeiro [neoliberalismo], esse não aceita a crença cega de que o mercado e os preços sejam os únicos mecanismos de coordenação das ações dos agentes. Quanto ao segundo [centralidade estatal], esse não aceita o dirigismo generalista que leva à burocracia pesada, à hierarquia rígida e ao desperdício financeiro (Amaral Filho, 2001, p. 270).

Dito de outra forma, a atuação do Estado em prol do desenvolvimento local/regional deve ser balizada por uma perspectiva mais pragmática, com este ente transitando entre o neoliberalismo absoluto e a centralidade estatal.

3 Universidades e desenvolvimento local/regional

É consenso na literatura acadêmica a efetiva contribuição das universidades para o desenvolvimento das nações em que tais instituições estão inseridas. Porém tal contribuição não fica tão evidente quando a escala local/regional constitui o foco de análise (Serra; Rolim;

Bastos, 2018), considerando que as economias locais e regionais não são, necessariamente, reduções da escala nacional (Hirschman, 1961).

De todo modo, é recorrente implantação de universidades sob a justificativa de induzir o desenvolvimento regional, à luz dos preceitos das principais Teorias sumariamente apresentadas na seção anterior. No cenário brasileiro, a década de 1960 constituiu um período de significativa expansão das universidades federais, sendo tais instituições entendidas como “*motrizes*” para o desenvolvimento do país que então se encontrava em franco processo de urbanização e industrialização (Vinhais, 2013; Pereira, 2017).

Após este período, apenas nos anos 2000 voltaria a ocorrer novo impulso na implantação de novos *campi* e novas universidades federais. Naquele contexto, o Ministério da Educação argumentava que:

Há um reconhecimento de que o fenômeno da interiorização [das universidades federais] traz, para além da possibilidade de acesso, contribuições expressivas para o desenvolvimento das regiões onde estão inseridas essas unidades acadêmicas, uma vez que, juntamente com o ensino, se desenvolvem a pesquisa e a extensão. Desse modo, o Reuni¹ constituiu-se em um programa que possibilita às Ifes cumprir seu papel de apoio ao desenvolvimento dos estados, das regiões e do país (Brasil, 2012, p.27).

Na esteira da teoria dos encadeamentos para frente e para trás proposta por Hirschman (1958), Vinhais (2013) problematiza que no caso do impacto local/regional de uma universidade, os “*backward linkages*” (efeitos para trás) estão relacionados ao impacto de curto prazo da instituição, envolvendo as despesas e investimentos diretos da universidade (implantação e manutenção dos *campi*, pagamentos de salários, gastos dos estudantes, entre outros). Já os “*forward linkages*” (efeitos para frente) estão associados aos impactos de longo prazo, sendo materializados na expansão do capital humano, crescimento da pesquisa e inovação, atração de mão-de-obra qualificada, entre outros.

Em consonância, para Casqueiro; Irffi; Silva (2020) o impacto local/regional das universidades não se limita ao efeito econômico estático. Evidencia-se também um efeito dinâmico, decorrente da atuação destas instituições na formação de capital humano, transferência de tecnologia, prestação de serviços assistenciais (jurídico e de saúde, por exemplo), desencadeando um processo de geração de empregos resultante do impulsionamento dos setores de serviços e comércio.

O incentivo à educação, principalmente superior, leva ao local de implantação um crescimento acelerado. Esse processo rápido ocorre pela necessidade de o meio se adequar à nova realidade local, resultando no desenvolvimento por conta do aumento da demanda de docentes, técnicos e discentes no local. Ao mesmo tempo, os egressos do ensino médio sem opções de educação superior em sua região

¹ O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) foi instituído pelo Decreto Federal nº 6.096/2007, tendo como objetivo a ampliação do acesso e permanência no ensino superior. O programa viabilizou a destinação de vultosos recursos às universidades federais brasileiras, resultando na criação de novos *campi*, novas universidades, além de expressivos investimentos nas estruturas universitárias existentes. Com vigência prevista até o ano de 2012, na prática os últimos investimentos associados ao programa foram materializados no ano de 2014 (Brasil, 2012).

tendem a migrar, muitas vezes em caráter definitivo, para locais onde a oferta é mais ampla e diversificada (Casqueiro; Irffi; Silva, 2020, p. 160).

Embora a contribuição das universidades para o desenvolvimento local/regional ocorra de diferentes maneiras², é fato que tais instituições constituem um fator ativo para o desenvolvimento regional sob a perspectiva econômica (Caldarelli; Camara; Perdigão, 2015), visto que representam um meio inserção de recursos do Estado nos municípios e regiões em que se localizam (Casaril, 2019; Curi Filho; Wood Júnior, 2021).

Nesta perspectiva, para Kureski; Rolim (2009), entre os impactos de curto prazo das universidades sobre determinada região, evidenciam-se aqueles que ocorrem sobre os fluxos de rendas locais, materializando-se em:

Impactos sobre as famílias (acréscimos de renda em decorrência de pagamentos diversos e dos efeitos multiplicadores decorrentes); impacto sobre os governos locais (aumento da arrecadação, mas também maior demanda sobre bens públicos de infraestrutura); impacto sobre as empresas locais (aumento da demanda, mas também da concorrência no mercado de compra de fatores de produção) (Kureski; Rolim, 2009, p. 33).

Para Niquito; Ribeiro; Portugal (2018), o impacto das universidades sobre determinada localidade tende a ser potencializado pela consolidação de parcerias destas instituições com o setor privado. No entanto, ainda para tais autores, mesmo na ausência de um maior envolvimento da instituição universitária com a respectiva comunidade, seus impactos econômicos são representativos pela geração de empregos, pelos investimentos em infraestrutura, bem como pelo aumento da demanda por bens e serviços.

Constatação semelhante é apontada por Curi Filho; Wood Júnior (2021), segundo os quais, ao se instalarem em determinada localidade as universidades promovem o desenvolvimento por meio da geração de empregos diretos e indiretos, bem como pela prestação de serviços e atividades culturais que acabam por promover a imagem da região.

Em síntese, a breve discussão teórica ora empreendida sustenta que as universidades impactam significativamente as regiões/localidades em que estão inseridas, no curto e longo prazo. Os impactos de curto prazo – relacionados aos fluxos de renda locais – são relativamente mais simples de estimar, embora Curi Filho; Wood Júnior (2021) chamem a atenção para necessidade de dados antes e após a implantação da universidade.

Na próxima seção apresenta-se a caracterização metodológica do estudo, os procedimentos adotados, bem como os municípios e respectivos *campi* selecionados para análise.

² As universidades podem contribuir para o desenvolvimento local/regional por meio da formação de capital humano, da geração de conhecimento científico, da oferta de serviços à população, impulsionando a inovação local/regional, incremento da renda local/regional, criação de vantagens competitivas locais, dentre outros aspectos (Caldarelli; Camara; Perdigão, 2015; Serra; Rolim; Bastos, 2018).

4 Metodologia

Do ponto de vista metodológico, a presente investigação caracteriza-se pela **natureza qualitativa-quantitativa**, por empregar a combinação de ambas as abordagens, quais sejam, a análise baseada em relações contextualizadas e a utilização de dados numéricos e técnicas estatísticas para compreender um fenômeno (Gerhardt; Silveira 2009; Creswell, 2010).

Trata-se ainda de pesquisa com **finalidade aplicada**, dado o interesse nas consequências práticas do conhecimento e em questões e problemas locais (Gil, 2008; Gerhardt; Silveira 2009); **nível exploratório**, por buscar contribuir para uma visão geral do fenômeno pesquisado, visando torna-lo mais explícito (Gerhardt; Silveira 2009); e, **método dedutivo**, por utilizar leis gerais para compreender um fenômeno particular (Gil, 2008).

Quanto ao delineamento, com fundamento em Gil (2008); Marconi; Lakatos (2003), é razoável admitir que a pesquisa consiste em:

- **Pesquisa bibliográfica**, realizada a partir de material acadêmico prévio, como teses, artigos científicos e livros, visando identificar a produção relacionada ao fenômeno pesquisado;
- **Pesquisa documental**, já que envolve a manipulação de dados que podem ser reelaborados de acordo os objetivos da investigação (no caso, dados econômicos sobre os municípios considerados para estudo);
- **Estudo multicaso**, por envolver um estudo empírico sobre um fenômeno em seu contexto real, considerando duas realidades distintas, subsidiado pelo **Método estatístico**, em função da utilização de um modelo de Regressão Linear com Variável Dicotômica para manipular variáveis visando identificar relações entre fenômenos.

4.1 Lócus de investigação

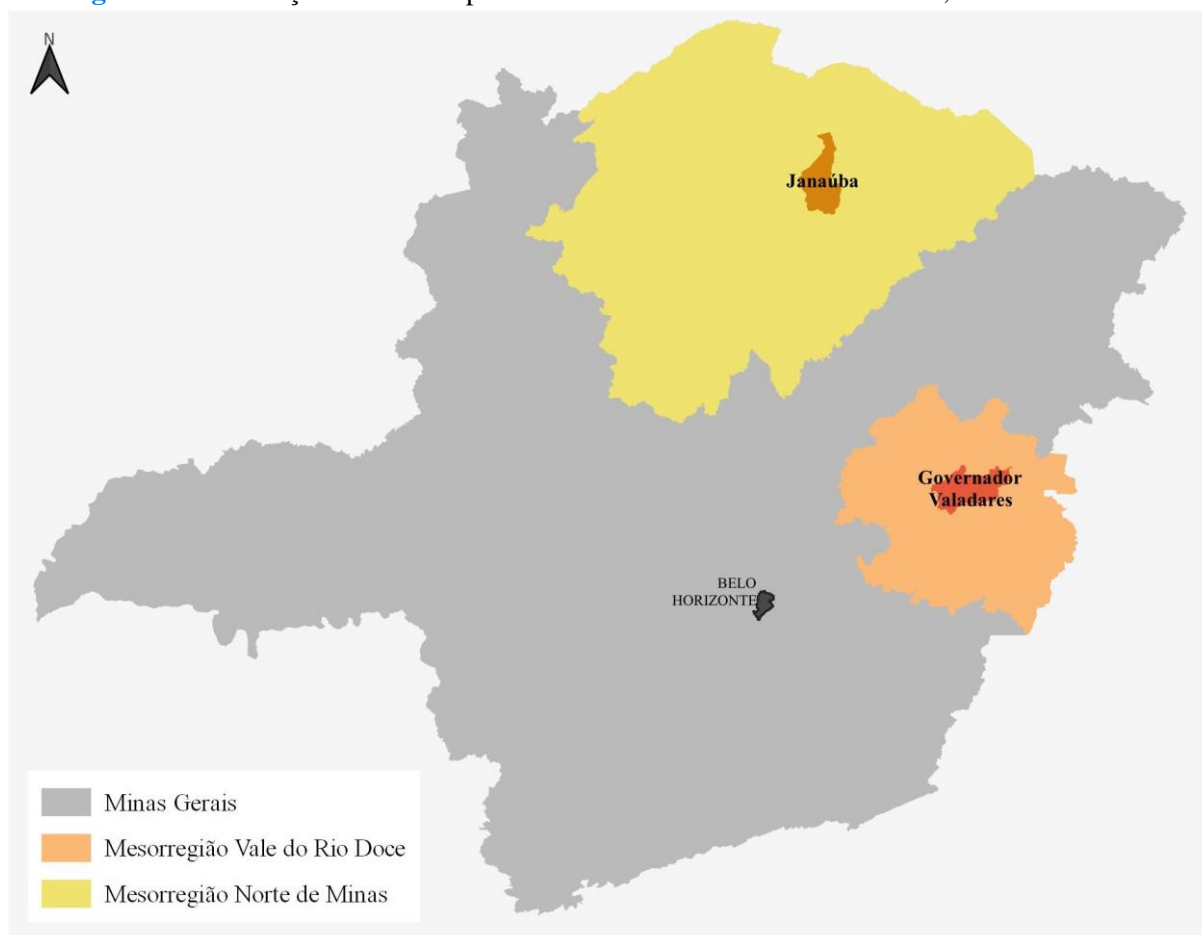
Como já mencionado, a presente investigação pretende avaliar os impactos econômicos de curto prazo, decorrentes da implantação dos *campi* das universidades federais de Juiz de Fora e Vale do Jequitinhonha e Mucuri, sobre os municípios mineiros de Governador Valadares e Janaúba, respectivamente.

O município de Governador Valadares situa-se na mesorregião mineira do Vale do Rio Doce, sendo cortado por este rio. Município mais populoso da região leste de Minas com 257.172 habitantes segundo o Censo 2022 (IBGE, 2023c), configura-se como de médio porte – em termos populacionais – sendo classificado como Capital Regional C (IBGE, 2018), polarizando grande parte da porção leste estadual.

Por sua vez, o município de Janaúba localiza-se na mesorregião Norte de Minas. Situado na área de influência do município de Montes Claros, trata-se de um município de pequeno porte, classificado como Centro Sub-regional B (IBGE, 2018), abrigando 70.699 habitantes, conforme dados do Censo 2022 (IBGE, 2023c).

A figura 1 apresenta a localização de ambos os municípios no estado de Minas Gerais.

Figura 1. Localização dos municípios de Governador Valadares e Janaúba, em Minas Gerais



Fonte: Elaborado pelos Autores (2023)

Em 2020, o Produto Interno Bruto (PIB) de Governador Valadares foi de R\$ 6,04 bilhões (IBGE, 2020), o que se traduz num PIB *per capita* de quase R\$ 24 mil, associado a um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,727 (IBGE, 2023a). O setor terciário é o de maior peso na economia deste município, sendo responsável por cerca de 85,2% do PIB, enquanto a indústria responde por 13,9% e o setor agropecuário por apenas 0,9%.

Já no caso de Janaúba, no ano de 2020 seu PIB foi de R\$ 1,05 bilhões (IBGE, 2020), resultando em um PIB *per capita* de R\$ 16.320,53 associado a um IDH de 0,696 (IBGE, 2023b). O setor terciário é o mais representativo para a economia municipal com um peso da ordem 87,7% do PIB, enquanto a indústria e a agropecuária representam, respectivamente, 7,8% e 4,5%.

No final de 2012 foi implantado em Governador Valadares um *campus* avançado da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), contando com diversos cursos nas áreas de saúde e ciências sociais aplicadas, totalizando aproximadamente 4 mil alunos. Em 2014 foram iniciadas obras para a construção do *campus* universitário, no entanto, os trabalhos foram paralisados e atualmente as atividades acadêmicas ocorrem em diferentes imóveis dispersos pela malha urbana de Governador Valadares (UFJF, 2022).

Já no caso de Janaúba, no final de 2011 foi aprovada a criação de um *campus* da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) (UFVJM, 2017), o qual contava em 2019 com 4 cursos, 240 vagas para ingresso na graduação e 359 matrículas (UFVJM, 2019).

Em que pesem as diferenças de escala, tanto o município de Governador Valadares, quanto o de Janaúba receberam um *campus* secundário de uma universidade federal no início da década de 2010, no âmbito das políticas de expansão da rede federal de ensino superior. Além disso, em ambos os casos o setor de serviços é mais representativo economicamente, compondo mais de 85% do PIB municipal.

Por esta razão, a investigação ora empreendida parte do pressuposto de que o impacto das universidades sobre os municípios analisados, tende a ser mais evidente sobre a variável econômica “VAF defesa, educação e saúde públicas e seguridade social” e, conseqüentemente, sobre o “VAF Serviços”.

4.2 Procedimentos metodológicos

A pesquisa bibliográfica centrou-se nas bases *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e Google Acadêmico, com foco na ocorrência dos termos “**universidades**” e “**impacto local e regional**” no campo “título”. Adotou-se o operador booleano “AND”, uma vez que o mesmo fornece a intercessão entre as expressões pesquisadas e, portanto, direciona os resultados para trabalhos que abordam especificamente os impactos locais e regionais das universidades.

A partir da leitura dos resumos dos trabalhos levantados, foram selecionados aqueles que abordavam o impacto econômico das universidades, de modo a construir a fundamentação teórica do estudo. Ao longo da escrita, foram efetuadas novas buscas sucessivas seguindo os mesmos critérios, visando ampliar o leque de discussão.

A pesquisa documental envolveu o levantamento de informações municipais junto ao portal “IBGE-Cidades”, bem como o levantamento de informações sobre o “PIB” e “VAF Serviços” dos municípios junto ao Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA).

O recorte temporal considerado para a coleta de dados econômicos municipais,

consiste no período entre 2002 (anos mais antigo com dados disponíveis para ambos os municípios) e 2020 (ano mais recente com dados disponíveis para ambos os municípios, na ocasião da pesquisa). Os dados foram deflacionados para a data-base 2002, conforme índices deflatores disponibilizados pelo IBGE (IBGE, 2023d).

Para analisar em que medida a presença de uma universidade federal está relacionada à variação do “VAF Serviços”, como consequência do incremento do “VAF defesa, educação e saúde públicas e seguridade social”, utilizou-se o método estatístico de Regressão Linear com Variável Dicotômica.

De acordo com Gujarati; Porter (2011, p.39), “a regressão consiste no método estatístico que permite o estudo da dependência de determinada variável em relação a uma (ou múltiplas) variável explicativa, visando estimar o valor da primeira em função da segunda”.

No entanto, por vezes a variável dependente é influenciada por variáveis qualitativas que devem ser incluídas entre as variáveis quantitativas. Essas variáveis indicam a presença ou ausência de determinada qualidade ou atributo, sendo “quantificadas” por meio de variáveis artificiais que assumem valores de “1” (indicando a presença do atributo) ou “0” (para ausência dele) (Gujarati; Porter, 2011).

No presente estudo, considerou-se o “VAF Serviços” como variável dependente, enquanto a variável explicativa foi o “VAF defesa, educação e saúde públicas e seguridade social”. A variável dicotômica adotada foi a “presença de uma universidade federal”. Convergindo para o que apontam Gujarati; Porter (2011), para obtenção da regressão foi atribuído o valor “0” (zero) para os anos em que os municípios não contavam com uma universidade (2002 a 2012) e “1” (um) para os anos em que as universidades já estavam presentes (2013 a 2020).

Com base em Gujarati; Porter (2011); Hoffman (2016) e nos critérios apresentados, foi proposto o modelo de regressão linear representado pela equação 1.

$$\tilde{y} = \beta_0 + \beta_1 \cdot X + \beta_2 \cdot D + u \quad (1)$$

Onde:

- y** = Variável dependente (VAF Serviços)
- β_0** = Intercepto
- β_1** = Significância da variável explicativa
- X** = Variável explicativa (VAF Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social)
- β_2** = Significância da variável dicotômica
- D** = Variável dicotômica (“0” representando os anos em que os municípios não contavam com uma universidade, ou “1” para os anos em que havia universidade)
- u** = Erro padrão

Após a compilação e tratamento dos dados, foi utilizado o software Microsoft Excel®, complemento “Análise de Dados”, para calcular a Regressão Linear com Variável Dicotômica. Com base em Hoffmann (2016), foi adotado no presente trabalho o nível de

confiança de 95%. Assim, só foram consideradas estaticamente significantes as relações de influência com valor-P < 5%. O grau de explicação da regressão é dado pelo Coeficiente de Determinação Ajustado (R^2 ajustado), sendo que quanto mais próximo de 100%, maior o grau de explicação do fenômeno em função das variáveis.

Caracterizada a metodologia da investigação, a próxima seção apresenta e analisa os dados levantados.

5 O impacto econômico direto das universidades mineiras selecionadas

Esta seção se inicia com a tabela 1, que apresenta os valores referentes ao “VAF defesa, educação e saúde públicas e seguridade social” e ao “VAF Serviços” entre 2002 e 2020, para os municípios selecionados. Importante reforçar que os valores foram deflacionados para o ano de 2002.

Tabela 1. “VAF defesa, educação e saúde públicas e seguridade social” e “VAF Serviços” para os municípios analisados, entre 2002 e 2020.

Ano	Governador Valadares (MG)		Janaúba (MG)	
	VAF defesa, educação e saúde públicas e seguridade social (R\$)	VAF Serviços (R\$)	VAF defesa, educação e saúde públicas e seguridade social (R\$)	VAF Serviços (R\$)
2002	228.826.958,11	940.705.828,78	52.131.147,54	125.418.032,79
2003	218.934.434,21	936.907.834,98	49.733.480,84	121.936.306,79
2004	224.571.277,53	998.203.823,70	49.484.731,05	127.101.958,56
2005	230.921.180,48	1.002.576.667,51	50.975.623,42	133.354.696,27
2006	241.607.104,12	1.078.131.905,08	55.170.385,37	153.038.833,91
2007	259.236.275,02	1.123.971.781,81	58.335.700,16	166.823.284,66
2008	272.762.596,40	1.112.167.327,95	68.518.396,94	177.710.983,62
2009	276.745.225,11	1.150.362.334,36	66.215.736,93	170.491.763,70
2010	297.579.313,26	1.191.041.180,64	66.555.794,97	174.410.940,94
2011	301.565.453,91	1.205.244.094,69	68.134.180,98	183.232.708,02
2012	314.190.267,11	1.277.667.946,63	71.546.743,19	202.898.341,90
2013	328.299.232,93	1.354.729.472,79	77.494.970,18	213.376.697,65
2014	343.373.780,83	1.378.328.352,04	80.004.237,94	233.622.811,60
2015	358.147.576,30	1.394.337.209,67	83.082.412,17	242.531.837,85
2016	347.334.961,46	1.343.787.699,79	79.637.423,53	230.561.551,11
2017	362.419.133,54	1.368.918.456,98	85.743.948,13	238.699.561,43
2018	360.078.983,18	1.387.823.531,17	84.048.342,25	242.395.406,69
2019	353.028.291,00	1.439.135.613,68	83.320.253,14	255.846.127,66
2020	354.388.957,22	1.304.279.268,77	77.931.007,37	233.405.021,06

Fonte: IBGE (2020)

A partir dos dados apresentados na tabela 1, é possível inferir que a variável “VAF defesa, educação e saúde públicas e seguridade social” cresceu 54% no município de Governador Valadares, entre 2002 e 2020. No município de Janaúba, o crescimento foi de

49% no mesmo período. Paralelamente, a variável “VAF Serviços” cresceu 53% no município do leste mineiro entre 2002 e 2020, enquanto em Janaúba o crescimento alcançou 86% no período analisado.

Portanto, embora a variável “VAF defesa, educação e saúde públicas e seguridade social” tenha apresentado crescimento relativamente próximo em ambos os municípios, o “VAF Serviços” apresentou crescimento significativamente mais expressivo em Janaúba entre 2002 e 2020.

Por sua vez, as tabelas 2 e 3 apresentam o resumo estatístico do cálculo da Regressão Linear com Variável Dicotômica para os dois municípios analisados.

Tabela 2. Resumo estatístico do cálculo da Regressão Linear com Variável Dicotômica para o município de Governador Valadares (MG).

Estatística de regressão								
R múltiplo	0,975910173							
R-Quadrado	0,952400665							
R-quadrado ajustado	0,946450748							
Erro padrão	38463111,28							
Observações	19							
ANOVA								
	gl	SQ	MQ	F	F de significação			
Regressão	2	4,73617E+17	2,36809E+17	160,0695756	0,000000000026			
Resíduo	16	2,36706E+16	1,47941E+15					
Total	18	4,97288E+17						
	Coefficientes	Erro padrão	Stat t	valor-P	95% inferiores	95% superiores	Inferior 95,0%	Superior 95,0%
VAF serviços	307549818,5	90483313,32	3,398967248	0,0036681513	115733763,1	499365873,9	115733763,1	499365873,9
VAF administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	3,011549759	0,344307002	8,746699134	0,0000001710	2,28165152	3,741447998	2,28165152	3,741447998
Presença da UFJF	7163414,38	35847686,24	0,199829198	0,8441318056	-68830285,64	83157114,4	-68830285,64	83157114,4

Fonte: Elaborado pelos Autores (2023)

Tabela 3. Resumo estatístico do cálculo da Regressão Linear com Variável Dicotômica para o município de Janaúba (MG).

Estatística de regressão	
R múltiplo	0,98733588
R-Quadrado	0,974832139
R-quadrado ajustado	0,971686157
Erro padrão	7632476,729
Observações	19

ANOVA					
	gl	SQ	MQ	F	F de significação
Regressão	2	3,61023E+16	1,80511E+16	309,8657133	0,000000000000
Resíduo	16	9,32075E+14	5,82547E+13		
Total	18	3,70343E+16			

	Coefficientes	Erro padrão	Stat t	valor-P	95% inferiores	95% superiores	Inferior 95,0%	Superior 95,0%
VAF serviços	-22462002,89	14411574,4	-1,558608537	0,1386474164	-53013175,83	8089170,054	-53013175,83	8089170,054
VAF da administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	3,022399535	0,232747593	12,98573914	0,0000000007	2,528996678	3,515802392	2,528996678	3,515802392
Presença da UFVJM	14305905,17	6046319,372	2,366051855	0,0309365307	1488280,69	27123529,65	1488280,69	27123529,65

Fonte: Elaborado pelos Autores (2023)

Conforme pode ser observado nas tabelas 2 e 3, o modelo de regressão proposto possui alta capacidade para explicar a relação entre as variáveis do fenômeno analisado, (R-quadrado ajustado de 0,94 para Governador Valadares e 0,97 para Janaúba) e F de significação inferior a 0,05 em ambos os casos. Verifica-se também que a variável dependente “VAF Serviços” é significativamente influenciada pela variável explicativa “VAF administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social”, já que em ambos os casos o valor-P para esta última é inferior a 5%.

No entanto, no caso do município de Governador Valadares a presença da Universidade Federal de Juiz de Fora não é estatisticamente significativa (valor-P > 5%) para explicar o comportamento das variáveis econômicas analisadas. Dito de outra forma, a implantação do *campus* da UFJF no município do leste mineiro não influenciou de forma estatisticamente relevante a evolução do “VAF administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social” e, conseqüentemente, do “VAF Serviços”.

O mesmo não ocorre no caso do município de Janaúba, no qual a implantação do *campus* da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri apresentou significância estatística (valor-P < 5%) para explicar a evolução das variáveis “VAF administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social” e “VAF Serviços”. Ou seja, a implantação do *campus* da UFVJM em Janaúba influenciou significativamente, em termos estatísticos, o crescimento das variáveis econômicas do setor de serviços.

Deste modo, aplicando-se a o modelo de regressão proposto aos dados referentes ao município de Janaúba, é possível estimar a influência da UFVJM sobre as variáveis econômicas selecionadas para análise, conforme equação 2.

$$\check{y} = 22.462.002,89 + (14.305.905,17 \times 0,03093653069) + (3,022399535 \times 1) + 7.632.476,73 \quad (2)$$

$$\check{y} = 30.537.057,71$$

Com efeito, infere-se que a instalação do *campus* da UFVJM no município de Janaúba foi responsável pelo aporte de aproximadamente R\$ 30,5 milhões ao “VAF Serviços”, em função do incremento do “VAF administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social”. Portanto, nos cenários analisados, constatou-se que o impacto econômico direto de curto prazo decorrente da implantação de uma universidade foi mais evidente no município de menor porte (Janaúba), que no município de maior porte (Governador Valadares).

Neste sentido, Vinhais (2013) aponta que há uma tendência de que as universidades implantadas em municípios menores – como é o caso de Janaúba – apresentem maior impacto sobre os gastos locais no curto prazo, o que não necessariamente ocorre nas universidades implantadas em municípios maiores.

Empiricamente, há evidências que apontam que universidades localizadas em pequenas comunidades, que atraem estudantes de fora, geram efeitos relevantes sobre os gastos, mas têm impactos pequenos sobre o conhecimento. Já as localizadas em grandes comunidades, com economias mais desenvolvidas, geram importantes efeitos sobre o conhecimento, mas mínimos efeitos sobre os gastos locais (Vinhais, 2013, p. 23).

Na mesma esteira, ao analisar a inserção regional das universidades federais brasileiras, Rolim (2018) também problematiza que uma universidade, mesmo de pequeno porte, apresenta impacto econômico de curto prazo mais representativo em municípios menores, do que aqueles gerados por uma grande universidade em cidades maiores.

Isso porque em cidades menores a universidade acaba por ser a única provedora de serviços especializados, a única provedora de espetáculos artísticos, a grande provedora de atendimento de saúde e de outros serviços que a reduzida dimensão dos mercados locais não permitiria serem ofertados pelo mercado (Rolim, 2018, p. 238).

Diante disso, é razoável admitir que no contexto ora analisado, se confirmam os pressupostos postulados por Vinhais (2013) e Rolim (2018), segundo os quais, os municípios de menor porte tendem a perceber de forma mais imediata os impactos econômicos diretos decorrentes da implantação de uma universidade.

Em que pesem tais constatações, é fundamental observar que a análise ora empreendida não é exaustiva, contemplando apenas uma das múltiplas formas pelas quais uma universidade impacta determinada região. Isso porque, conforme problematizado por Hoff; Pereira; De Paula (2017), uma universidade tem a capacidade de impactar determinada região numa dimensão mais ampla e de difícil mensuração, envolvendo aspectos subjetivos relacionados ao ensino, à pesquisa, à extensão, à formação cidadã e cultural.

6 Considerações finais

O presente trabalho se propôs a investigar em que medida a implantação de uma universidade teve impacto econômico direto de curto prazo, sobre o “Valor Adicionado Fiscal de Serviços” (VAF Serviços), nos municípios mineiros de Governador Valadares e Janaúba, que receberam *campi* das universidades federais de Juiz de Fora (UFJF) e dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), respectivamente.

Para tanto, empregou-se o método estatístico de Regressão Linear com Variável Dicotômica para estimar o impacto da presença dos *campi* universitários da UFJF e UFVJM sobre o “VAF Serviços”, em função do incremento do “VAF defesa, educação e saúde públicas e seguridade social” nos municípios selecionados.

Em consonância com a literatura acadêmica, constatou-se que no município de menor porte e complexidade econômica – Janaúba – o impacto econômico direto decorrente da implantação do *campus* da UFVJM foi mais evidente. Por outro lado, no município de maior porte – Governador Valadares – eventuais impactos associados à implantação do *campus* da UFJF foram estatisticamente menos representativos.

No entanto, é fundamental observar que tal cenário não significa que a implantação do *campus* da UFJF não tenha impactado positivamente o município do leste mineiro. Conforme apontado pela literatura, o menor impacto econômico direto da universidade em Governador Valadares, provavelmente está relacionado à maior complexidade e diversificação econômica do município, que acaba diluindo no curto prazo, as externalidades geradas pela chegada da universidade.

Diante disso, reconhecendo que a disponibilidade de dados sistematizados constitui um elemento dificultador, emergem como abordagens relevantes nos âmbitos acadêmico e prático, novas investigações que explorem os impactos de longo prazo, decorrentes da implantação de universidades tanto nos municípios ora analisados, quanto em outros em situação semelhante.

Referências

AMARAL FILHO, Jair. A endogeneização no desenvolvimento econômico regional e local. *In: Planejamento e Políticas Públicas*. Brasília: IPEA, pp. 261-286, jun. 2001.

BELLINGIERI, Júlio César. Teorias do desenvolvimento regional e local: uma revisão bibliográfica. *In: Revista de Desenvolvimento Econômico – RDE*. Salvador, v.2, n.37, pp. 6-34, ago. 2017.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Análise sobre a expansão das universidades federais 2003 a 2012**. Brasília: MEC, 2012.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Notas para uso em curso de desenvolvimento econômico na Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. Versão de junho de 2008**. São Paulo, 2008. Disponível em:

<http://cmpdi.sites.uff.br/wpcontent/uploads/sites/269/2020/01/TEXT0-B%C1SICO-AULA-6-Crescimento-E-Desenvolvimento.pdf>. Acesso em 8 dez. 2023.

CALDARELLI, Carlos Eduardo; CAMARA, Marcia Regina Gabardo; PERDIGÃO, Claudia. Instituições de ensino superior e desenvolvimento econômico: o caso das universidades estaduais paranaenses. *In: Planejamento e Políticas Públicas*, n.44, pp. 85-112, jan./jun. 2015.

CASARIL, Carlos Casemiro. Importância das universidades públicas para a economia local e regional: o caso da Unioeste e UTFPR em Francisco Beltrão, PR. *In: Geosul*. Florianópolis, v. 34, n. 70, pp. 286-314, jan./abr. 2019.

CASQUEIRO, Mayara Lima; IRFFI, Guilherme; SILVA, Cristiano da Costa. A expansão das universidades federais e os seus efeitos de curto prazo sobre os indicadores municipais. *In: Avaliação*. Campinas, v. 25, n. 1, p. 155-177, mar. 2020.

CORRÊA, José Carlos Severo; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima; KIST, Rosane Bernardete Brochier. Sobre o conceito de desenvolvimento regional: nota para debate. *In: Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*. Taubaté, v.15, n.7, pp.3-15, dez/2019.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CURI FILHO, Wagner Ragi; WOOD JÚNIOR, Thomaz. Avaliação do impacto das universidades em suas comunidades. *In: Cadernos EBAPE.BR*. Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, pp. 496-509, jul./set. 2021.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (orgs.). **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

GUJARATI, Damodar N.; PORTER, Dawn C. **Econometria básica**. São Paulo: Editora AMGH, 2011.

HIRSCHMAN, Albert Otto. **Estratégia do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

HOFF, Débora Nayar; PEREIRA, Camila Amaral; DE PAULA, Luis Gustavo Nascimento. O impacto da universidade pública no desenvolvimento regional sob a luz da literatura internacional. *In: Redes*. Santa Cruz do Sul, v.22, n.1 jan./abr. 2017.

HOFFMANN, Rodolfo. **Análise de regressão: uma introdução à econometria**. Piracicaba: Edição do Autor, 2016.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Região de Influência das Cidades (REGIC 2018)**. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/apps/regic/#/home>. Acesso em 8 dez. 2023.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Tabela 5938** – Produto interno bruto a preços correntes, impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos a preços correntes e valor adicionado bruto a preços correntes total e por atividade econômica, e respectivas participações - Referência 2010. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/5938>. Acesso em 8 dez. 2023.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE Cidades – Governador Valadares**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023a. Disponível em cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/governador-valadares/panorama. Acesso em 8 dez. 2023.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE Cidades – Janaúba**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023b. Disponível em cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/janauba/panorama. Acesso em 8 dez. 2023.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Panorama do Censo 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023c. Disponível em <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>. Acesso em 8 dez. 2023.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Tabela 6784** - Produto Interno Bruto, Produto Interno Bruto per capita, População residente e Deflator. Rio de Janeiro: IBGE, 2023d. Disponível em <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/6784>. Acesso em 8 dez. 2023.

KURESKI, Ricardo; ROLIM, Cássio. Impacto econômico de curto prazo das universidades federais na economia brasileira. *In: Revista Paranaense de Desenvolvimento*. Curitiba, n. 117, pp. 29-51, jul./dez. 2009.

MARCORNI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Altas, 2003.

MONASTERIO, Leonardo; CAVALCANTE, Luiz Ricardo. Fundamentos do pensamento econômico regional. *In: CRUZ, Bruno de Oliveira; FURTADO, Bernardo Alves; MONASTERIO, Leonardo; RODRIGUES JÚNIOR, Waldery (org.). Economia regional e urbana: teorias e métodos com ênfase no Brasil*. Brasília: IPEA, pp. 43-77, 2011.

MYRDAL, Gunnar. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. Belo Horizonte: Biblioteca Universitária UFMG, 1960.

NIQUITO, Thais Waideman; RIBEIRO, Felipe Garcia; PORTUGAL, Marcelo Savino. Impacto da criação das novas universidades federais sobre as economias locais. *In: Planejamento e Políticas Públicas*. Brasília, n. 51, pp. 367-394, jul./dez. 2018.

PEREIRA, Fúlvio Teixeira de Barros. **Exporting progress: os norte-americanos e o planejamento do campus no Brasil**. 2017. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Instituto de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo. São Carlos, 2017.

PERROUX, François. O conceito de polo de desenvolvimento. *In*: SCHARTZMAN, Jacques (ORG.). **Economia regional**: textos escolhidos. Belo Horizonte: Cedeplar, pp. 145-156, 1977.

ROLIM, Cássio. Índice de inserção regional das instituições de ensino superior. *In*: SERRA, Maurício; ROLIM, Cássio; BASTOS, Ana Paula (orgs.). **Universidades e desenvolvimento regional**: as bases para a inovação competitiva. Rio de Janeiro: Ideia D, pp. 215-239, 2018.

SERRA, Maurício; ROLIM, Cássio; BASTOS, Ana Paula. Universidades e a “mão visível” do desenvolvimento regional. *In*: SERRA, Maurício; ROLIM, Cássio; BASTOS, Ana Paula (orgs.). **Universidades e desenvolvimento regional**: as bases para a inovação competitiva. Rio de Janeiro: Ideia D, pp. 31-52, 2018.

SILVA, Ariana Cericatto; LIMA, Jandir Ferrera. O conceito de ruptura estrutural no desenvolvimento econômico regional. *In*: **Pensamento Plural**. Pelotas, v.15, pp. 133-149, jul./dez. 2014.

SUBRINHO, Josué Modesto dos Passos. Universidade e desenvolvimento econômico local: o caso da UNILA. *In*: **Unión de Universidades de América Latina y Caribe - UDUAL**. México, n. 57, pp.59-63, jul./sept. 2013.

THISSE, Jacques-François. Geografia econômica. *In*: CRUZ, Bruno Oliveira; FURTADO, Bernardo Alves; MONASTERIO, Leonardo; RODRIGUES JÚNIOR, Waldery (org.). **Economia regional e urbana**: teorias e métodos com ênfase no Brasil. Brasília: IPEA, pp.17-42, 2011.

UFJF. UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2022-2027**. Juiz de Fora: UFJF, 2022.

UFVJM. UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2017-2021**. Diamantina: UFMJM, 2017.

UFVJM. UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI. **Relatório de Gestão 2019**. Diamantina: UFMJM, 2019. Disponível em <http://portal.ufvjm.edu.br/page/aceso-a-informacao/auditorias/relatorios-de-gestao/rg-2019.pdf>. Acesso em 8 dez. 2023.

VEENHOVEN, Ruut. The four qualities of life. *In*: **Journal of Happiness Studies**. v.1. pp. 1-39, 2000.

VIEIRA, Edson Trajano; SANTOS, Moacir José. Desenvolvimento econômico regional: uma revisão histórica e teórica. *In*: **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**. Taubaté, v.8, n. 2, pp. 344-369, mai./ago. 2012.

VILA, Luis E. Abordagens micro e macro para o papel das universidades no desenvolvimento regional. *In*: SERRA, Maurício; ROLIM, Cássio; BASTOS, Ana Paula (orgs.). **Universidades e desenvolvimento regional**: as bases para a inovação competitiva. Rio de Janeiro: Ideia D, pp. 83-122, 2018.

VINHAIIS, Henrique Eduardo Ferreira. **Estudo sobre o impacto da expansão das universidades federais no Brasil**. 2013. Tese (Doutorado em Economia). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013.